

IV COPENE NORDESTE

DUAS DÉCADAS DAS AÇÕES AFIRMATIVAS | O LEGADO DE PALMARES E O FUTURO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS



REALIZAÇÃO:

“NÃO SOU EU UMA MULHER?”: A invisibilização da luta da mulher negra.

LIMA, Maria Gabriela da Silva¹
SANTOS, Mônica Regina Nascimento dos²
XAVIER, Radija Barros³

Resumo: Este artigo aborda o debate sobre os movimentos históricos de invisibilização das lutas da mulher negra. Baseado em autoras como Kilomba (2019), Santos (2022), Davis (2016), Gonzáles (2021), Federici (2004) entre outras, problematiza a categoria da invisibilização perpassando a discussão sobre o feminismo negro. A acepção feminismo negro é uma construção social, demanda uma análise interseccional das categorias gênero, raça e classe entre outras. O que se busca aqui é evidenciar a presença e o protagonismo das mulheres negras nas lutas sociais ao longo da história, a exemplo da sacerdotisa vodou Cécile Fatman fundamental na preparação das assembleias de escravizados para a revolução haitiana, porém quase nunca mencionada na recuperação desse fato histórico. Partindo desta problemática, este artigo, pretende trazer à luz, do registro acadêmico, o que historicamente tem sido invisibilizado na literatura, e busca fazê-lo por meio da leitura majoritária de textos escritos por mulheres, evidenciando sua produção intelectual e contribuições à produção científica. Convém ressaltar que essa não é uma discussão inédita, o diferencial da análise que aqui se apresenta é a abordagem metodológica, as produções nesta área, geralmente se ancoram na interseccionalidade das categorias de gênero e raça deixando de lado a categoria de classe social e seus rebatimentos nas

¹ Graduada em História pela UFAL e aluna do curso de Pedagogia da UFAL Sertão, integrante do GENIR (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Igualdade e Reprodução Social). Email: gabbylima147@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7039839596128048>

² Profa. Dra. da UFAL Sertão, coordenadora do GENIR e do NUDES (Núcleo de Estudos, Extensão e Pesquisa sobre Diversidade e Educação no Sertão Alagoano). E-mail: monica.santos@delmiro.ufal.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4479385817803155>,
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4587-6036>

³ Aluna do curso de História da UFAL Sertão, integrante do GENIR (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Igualdade e Reprodução Social). E-mail: radija.xavier@delmiro.ufal.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7853364513439577>

organizações e entidades. Diante de tudo isto, chega-se à conclusão, de que é imprescindível a reflexão acerca das relações de gênero no interior da reprodução social do patriarcado na sociabilidade do capital que subordina corpos e mentes, sobretudo negros cis e trans.

Palavras-chave: Mulher negra; Invisibilização das lutas; Raça; Classe

1 Introdução

A frase que dá título a este artigo “Não sou eu uma mulher?” é uma referência a participação de uma mulher negra na Primeira Convenção Nacional pelos Direitos das Mulheres. Era a primeira vez que uma mulher negra discursava, seu discurso foi tão impactante que ela foi aplaudida espontaneamente como a heroína que salvou a convenção da zombaria masculina. Com corpo robusto, braços fortes e voz altiva, ela enfrentou as falas machistas sobre “fragilidade e incapacidade feminina”. Em virtude da opressão sexista, ela dizia “há muito poucas mulheres nos dias de hoje que ousam ‘falar em um encontro’” (DAVIS, 2016, p. 70), e em função do racismo, só as mulheres brancas falavam. Sojourner Truth foi a primeira a fazer valer esse direito na histórica luta das mulheres negras.

A luta da mulher negra pode ser apreendida de duas formas distintas: a) lutas encampadas pelas mulheres negras em defesa de seus direitos; b) lutas gerais nas quais as mulheres negras participam. Para efeitos do que se busca evidenciar, nos dois casos, enunciados, há um processo, fruto do racismo estrutural, de invisibilização da participação organizada e engajada da mulher negra na luta social, e no interior do movimento feminista. A acepção feminismo negro é uma construção social, que demanda uma análise interseccional das categorias gênero, raça e classe, pois, segundo (KILOMBA, 2019, p. 97-98) “compreender gênero e opressão racial de forma separada [...] aumenta a invisibilidade das diferentes necessidades das mulheres negras comparadas aos homens negros e às mulheres brancas”. Não se trata de discorrer sobre a especificidade do feminismo negro, muito embora, o tema da invisibilização da luta da mulher negra perpassa a discussão sobre o feminismo negro.

Ao longo da história nacional e mundial, a mulher negra tem sido presença marcante nas lutas sociais, nem sempre de cunho feminista, no entanto, esta presença, por vezes como protagonista, não foi devidamente registrada nos livros de história, a exemplo da

sacerdotisa vodú Cécile Fatman, fundamental na preparação das assembleias de escravizados para a eclosão da revolução haitiana, porém quase nunca mencionada na recuperação desse fato histórico. Desta forma, este artigo evoca o debate necessário sobre a luta da mulher negra, que resiste às tentativas de apagamento de sua existência, e aos movimentos históricos de invisibilização de suas lutas, visando trazer à luz, do registro acadêmico, alguns elementos do que historicamente tem sido invisibilizado.

Essa não é uma discussão inédita, essa busca em resgatar a participação da mulher negra na história não é nova, o diferencial desta análise é a abordagem a partir do materialismo histórico e dialético, por meio da leitura majoritária de textos escritos por mulheres, evidenciando suas produções e contribuições ao espaço acadêmico.

2 A luta da mulher negra no movimento abolicionista

A invisibilização das lutas da mulher negra é um fenômeno social que tem raízes na história de racismo e sexismo que permeia a sociedade. Ao longo dos anos, as vozes, as vivências e as demandas das mulheres negras têm sido minimizadas, silenciadas e até mesmo apagadas, nos registros historiográficos, tanto dos espaços públicos quanto dos privados. No Brasil, a luta abolicionista ganhou visibilidade quando essa causa contou com a adesão de pessoas brancas. No entanto, no sentido amplo, como prática emancipatória, a luta abolicionista pode ser registrada desde a resistência às prisões nos territórios de origem, nas revoltas nos tumbeiros,⁴ nas senzalas, nos jornais, no interior das irmandades, nos terreiros, nas rodas de capoeira, no trabalho escravo de ganho, nos tabuleiros das baianas, entre outras ações, voltadas ao patrocínio da fuga, da resistência e do fim da escravidão. Onde existiu escravidão, existiu resistência e luta.

Foram inúmeras as formas de luta e resistência à escravidão, sendo o quilombamento, a principal delas. Palmares, maior de todos os quilombos constituídos no Brasil contou com o protagonismo de mulheres negras como Acotirene, Dandara e Aquatune, portanto, não dá para reduzir a luta abolicionista a um pequeno momento da história, notadamente, marcado pela iniciativa inglesa pelo fim da escravidão no mundo, para a reprodução e expansão do mercado mundial de produção de bens de consumo. Essas diferentes formas de resistência e luta, nem sempre foram validadas pelo registro

⁴ Nome dado aos navios negreiros, embarcações onde era feito o tráfico de gente.

historiográfico, marcadamente dos livros didáticos, e bem mais rara foi a menção às mulheres negras no protagonismo delas.

Quem, entre nós, aguardava com ansiedade uma análise séria sobre as mulheres negras durante o período da escravidão permanece, até o momento, decepcionado. Igualmente decepcionante tem sido a descoberta de que, com exceção do tema tradicionalmente debatido sobre promiscuidade versus casamento e sexo forçado versus sexo voluntário com homens brancos, os autores dessas novas obras têm dado atenção insuficiente às mulheres (DAVIS, 2016, p. 160).

Ângela Davis está se referindo às publicações de meados do século XIX, mas, é bastante sintomático para ilustrar o desinteresse ao tema da mulher negra real – suas lutas e demandas –, inclusive nas chamadas publicações sobre a mulher negra, nesse período. Na luta abolicionista então, ela está subsumida.

Na Rússia revolucionária, as mulheres negras bolcheviques lutaram lado a lado com as mulheres brancas revolucionárias, mas, o registro historiográfico sobre essa presença e representação social é escasso e em alguns contextos, inexistente, apesar da existência de documentos e registros fotográficos a esse respeito.⁵

Figura 1



Fonte: lavrapalvra.com - Mulheres negras bolcheviques

Nos Estados Unidos, várias mulheres brancas, marcadamente, mulheres brancas burguesas, se engajaram na luta antiescravista, por este engajamento, elas eram chamadas de “amantes de pretos” (DAVIS, 2016, p. 43) com o objetivo de distanciá-las da luta antiescravista. Embora, muitas mulheres negras participassem ativamente da luta abolicionista, até a entrada em cena de Sojourner Truth, foram as mulheres brancas que receberam os holofotes, nas convenções organizadas para este fim.

Ao longo dos anos 1850, convenções locais e nacionais atraíram números crescentes de mulheres para a campanha por igualdade. Não era um fato

⁵ Sobre este assunto ler A revolução russa, as mulheres negras bolcheviques e a reprodução social, disponível em <https://lavrapalavra.com/2021/03/15/a-revolucao-russa-as-mulheres-negras-bolcheviques-e-a-reproducao-social/>. E assistir ao canal Caçador de Histórias disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=7uJYk9QzW3c>. Acesso em setembro de 2023.

incomum que Sojourner Truth comparecesse a esses encontros e, apesar da inevitável hostilidade, se levantasse e tomasse a palavra. Ao representar suas irmãs negras – tanto as escravas como as “livres” –, ela transmitia um espírito de luta à campanha pelos direitos das mulheres. Essa foi a excepcional contribuição histórica de Sojourner Truth. E, caso as mulheres brancas tendessem a esquecer que as mulheres negras não eram menos mulheres do que elas, sua presença e seus discursos serviam como um lembrete constante. As mulheres negras também obteriam seus direitos.

Enquanto isso, um grande número de mulheres negras manifestava seu compromisso com a liberdade e com a igualdade de formas menos diretamente relacionadas com o recém-organizado movimento de mulheres (DAVIS, 2016, p. 73-74).

Enquanto as mulheres brancas burguesas recebiam os holofotes da cena abolicionista, as mulheres negras se distribuíam nas funções de escravizadas e domésticas nos lares das mulheres brancas,⁶ mas nem por isso, deixaram de participar e custear a ida de suas lideranças aos congressos e convenções. No interior do movimento abolicionista, as mulheres negras enfrentaram uma dupla luta: contra o racismo e o sexismo. Enquanto o movimento abolicionista visava a abolir a escravidão, a mulher negra enfrentava o desafio adicional de ser excluída e subestimada dentro do próprio movimento, porém, desempenharam um papel fundamental na luta pela liberdade e igualdade, elas desafiaram as normas sociais e militaram pela abolição da escravidão e pelos direitos civis das pessoas negras.

Como já foi demonstrado, a mulher negra sempre esteve presente nos movimentos e lutas sociais, mas o racismo encarnado na sociedade fazia com que elas fossem “esquecidas” e deixadas de lado, não mencionadas como grandes defensoras dos direitos das mulheres, como por exemplo o direito ao voto levantado pelo movimento sufragista feminino. Esse racismo pode ser percebido quando as reivindicações feitas por mulheres brancas nascidas nos Estados Unidos pareciam surtir muito mais efeito, do que as da população negra (DAVIS, 2016, p. 82). Na intersecção da luta por direitos, o processo sufragista, em dado momento, se apresentou como uma polarização entre mulheres brancas e homens negros, fazendo subsumir os interesses das mulheres negras (DAVIS, 2016, p. 95). Nesta polarização as mulheres negras eram completamente excluídas de quaisquer dos lados que ganhasse, pois não se “encaixava” em nenhum dos dois. Já que as mulheres brancas defendiam que apenas elas, brancas burguesas, deveriam ter o direito

⁶ E ainda, muitas dessas mulheres burguesas, militantes feministas, protestavam contra uma opressão que elas mesmas perpetuavam em suas casas, tendo um comportamento contraditório, porém não inexplicável, já que as pessoas que trabalhavam como serviçais em suas casas eram vistas como menos do que seres humanos (DAVIS, 2016, p. 104).

ao voto para igualar seus direitos aos dos homens, sem sequer considerar as mulheres negras, e estes homens preferiam “ceder” esse direito a outros homens, mesmo que fossem os negros, para manter a superioridade masculina disfarçada de avanço na luta racial.

Destarte, o movimento abolicionista e feminista foi marcado pelo racismo, sexismo e viés de classe, nesse bojo, as mulheres negras sofreram os principais impactos e restrições de direitos. Nos Estados Unidos, o registro historiográfico que data o início do movimento feminista remonta a 1840, quando duas mulheres brancas, burguesas escrevem o livro “História do sufrágio feminino”, o que levou a organização da Convenção de Seneca Falls em 1848, no entanto, bem antes disto, em 1820, as mulheres brancas operárias já faziam “paralisações’ e greves, militando contra a dupla opressão que sofriam, como mulheres e como operárias” (DAVIS, 2016, p. 65), nesta luta por direitos das mulheres, não estava em pauta a emancipação da condição das mulheres em geral, apenas das mulheres brancas da burguesia, deixando de lado as brancas pobres e as negras, evidenciando tratar-se de um movimento racista e elitista.

O movimento feminista estava aliado ao movimento antiescravista, mas, havia no interior destes movimentos uma hierarquia muito rígida, mulheres e homens não estavam em pé de igualdade, pois estavam marcados pela supremacia masculina. Essa hierarquia também estava cortada pela raça, homens negros, assim como mulheres negras, participavam como *ingênuos tutelados*.

Muito antes dos protestos das operárias brancas, as mulheres negras já se manifestavam seu descontentamento para com a escravidão e já buscavam se organizar em Associações Antiescravistas, mas pela condição social, não podiam se manifestar abertamente. Assim, a primeira

convenção nacional convocada por mulheres negras aconteceu cinco anos depois do encontro de fundação da Federação Geral de Associações de Mulheres, em 1890. As experiências de organização das mulheres negras remontam ao período pré-Guerra Civil (DAVIS, 2016, p. 134).

A oficialização das Associações de Mulheres Negras se deu como combate aos abusos sexuais e agressões.

Na revolução da Ilha de São Domingos, hoje Haiti, a participação da mulher negra na organização da força de trabalho no Congresso Negro contra a escravidão foi fundamental para fazer eclodir a revolução. “Durante 4 anos, a sacerdotisa vodu Cécile Fatman, ligada a Boukman cumpriu a tarefa de convocar aos escravizados para o

congresso a partir do qual foi definido um levante a ser iniciado em uma semana” (SANTOS, 2022, p. 185). Junto a outras mulheres utilizaram a sabedoria ancestral no processamento de ervas, para envenenar, ao todo, 6 mil fazendeiros e libertar escravizados.

No primeiro território negro livre das américas, situado na Colômbia,⁷ as mulheres foram fundamentais para a organização de seu povo na resistência ao poder da Coroa Espanhola e preservação da cultura Palenque que dura até os dias atuais. Palenque é o equivalente a quilombo e as mulheres palenqueras seria o equivalente às baianas de Salvador, graças a essas mulheres a cultura africana e afro-brasileira se reproduz e se preserva na vida social.

No Brasil, as mulheres negras foram essenciais para a libertação das pessoas escravizadas, seja, na organização de fuga aos quilombos, nos movimentos paredistas,⁸ nas revoltas, a exemplo da revolta dos Malês, nas irmandades, no trabalho de ganho que contribuía com o Fundo de Emancipação, entre outras ações, como nos exemplos abaixo.

MULHERES NEGRAS NA LUTA ANTIESCRAVISTA	
Dandara dos Palmares	Uma das líderes de Palmares, foi contra a proposta da Coroa Portuguesa em condicionar as reivindicações dos quilombolas.
Anastácia	Ajudava os escravizados quando castigados, ou em fuga. Por ter lutado contra a violência física e sexual de um homem branco, recebeu o castigo de usar uma mordaca de folha de flandres e uma gargantilha de ferro.
Luíza Mahin	Passou muito tempo na Bahia e participou do levante na Revolta dos Malês, em 1835 e a Sabinada, em 1837. Trabalhava como ganhadeira (no comércio de rua).
Tereza de Benguela	Era mulher do líder do Quilombo de Quarterê ou do Piolho, no Mato Grosso. Por lá, foram abrigados até índios bolivianos incomodando autoridades das Coroas espanhola e portuguesa.
Aqualtune	Era filha do Rei do Congo e foi vendida para o Brasil. Grávida no Quilombo dos Palmares organizou sua primeira fuga. Ficou conhecida por ficar ao lado de Ganga Zumba, antecessor de Zumbi, seu neto. A guerreira morreu queimada.
Zeferina	Líder no quilombo de Urubu, na Bahia. Era angolana e foi trazida ainda criança para o Brasil. As histórias relatam que ela confrontava os capitães do mato com arco e flecha.
Maria Felipa de Oliveira	Foi líder na Ilha de Itaparica, Bahia. Aprendeu a jogar capoeira para se defender. Tinha como missão principalmente libertar seus descendentes e avós.

⁷ “Na Colômbia, o movimento de insurreição mais notável ocorreu em Cartagena no início do século XVII, liderado por Benkos Bioho. Na verdade, segundo o frade Pedro Símon, a partir de 1599 escravos começaram a fugir. Inicialmente formado por 30 escravos, a pequena comunidade de insurgentes sofreu ataques das forças da coroa que almejavam a recuperação dos cativos” (Dossiê candidatura da Serra da Barriga, Brasília, 2017, p. 23).

⁸ Movimento paredista era o nome dado às greves de escravizados (REIS, 2019, p. 262).

Acotirene	Era considerada matriarca no Quilombo dos Palmares e conselheira dos primeiros negros refugiados na Cerca Real dos Macacos. Um dos mocambos (casa) foi batizado com o seu nome
Adelina Charuteira	Era uma das líderes no Maranhão. filha de uma escravizada com um senhor, por isso, sabia ler e escrever. Apesar do pai, não foi libertada aos 17 anos, mas era ativamente parte da sociedade abolicionista de rapazes, o Clube dos Mortos. Para arrecadar dinheiro vendia charutos fabricados pelo pai, com essa articulação descobria vários planos de perseguição aos escravos.
Rainha Tereza do Quariterê	Foi guerreira no Quilombo do Quariterê, em Cuiabá. Comandou toda a estrutura política, econômica e administrativa do quilombo. Mantinha até um sistema de defesa com armas trocadas com homens brancos ou resgatadas pelos escravizados.
Mariana Crioula	Era mucama em Vila das Vassouras, Rio de Janeiro. Se juntou com escravizados na maior fuga de escravos da história fluminense em 5 de novembro de 1838. Liderou a fuga e um quilombo com Manuel Congo.
Esperança Garcia	Ousou a escrever uma carta para o presidente da Província de São José do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, denunciando os maus-tratos físicos de que era vítima, ela e seu filho, por parte do feitor da Fazenda Algodões.
Maria Firmina dos Reis	Foi considerada a primeira romancista brasileira, além de escrever o primeiro romance abolicionista, Úrsula, que narra a condição da população negra no Brasil com elementos da tradição africana. Dedicou sua vida a leitura e escrita.
Eva Maria de Bonsucesso	Era uma escrava alforriada que vendia frutas e verduras no Rio de Janeiro. Foi agredida por um homem branco e conseguiu que ele fosse preso, e condenado pela agressão
Maria Aranha	Foi líder do Quilombo de Mola, no Tocantins. Venceu todos os ataques escravistas e organizou toda a sociedade do local.
Na Agontimé	Era rainha do Benim e foi vendida como escrava para o Maranhão, até ganhou um novo nome, Maria Jesuína. Ela fundou a Casa das Minas e reconstruiu o culto aos ancestrais.
Tia Simoa	Liderou a luta contra a escravidão no Ceará. Foi do Grupo de Mulheres Negras do Cariri, o Pretas Simoa.
Zacimba Gaba	Era princesa angolana e acabou no Espírito Santo. Provocou uma revolta das pessoas escravizadas contra a Casa Grande e liderou um quilombo onde foi rainha. Comandou durante anos ataques aos navios, surgindo no meio da noite em canoas precárias para resgatar os negros escravos, a referência à sua morte seja em um desses enfrentamentos.

Fonte: geledes.org.br, 2017.

O registro historiográfico da participação dessas mulheres não é tão rico em detalhes, muitas delas sobreviveram à passagem do tempo graças a história oral, evidenciando as invisibilizações e tentativa de apagamento de suas ações.

As associações antiescravistas e o movimento abolicionista se constituíram em espaços fundamentais para a participação das mulheres na vida política, mas o que isto representou para a emancipação da mulher negra?

3 A luta da mulher negra no movimento feminista

Devido as segregações na gênese dos movimentos feministas é importante

resgatar os termos discutidos por Lélia González (2021), quando esta tratou da emergência da articulação das categorias de classe, raça e gênero no enfrentamento da opressão, exploração e toda forma de segregação social. Como dito por Ângela Davis, a mulher negra está na base da sociedade, quando ela se movimenta, movimenta junto toda a base econômica da estrutura social. Exatamente por seu importante papel no contexto de reprodução do capital, é que sua existência – corpo e espírito – precisa ser controlada e sua organização – seja ela política, cultural, religiosa entre outras – deve ser vigiada. Sob a égide do capital, as mulheres de modo geral tiveram e têm seu corpo “apropriado pelos homens e pelo Estado e convertido num instrumento de produção de força de trabalho (com tudo aquilo que isso pressupõe em termos de regras e regulações sexuais, cânones estéticos e castigos)” (FEDERICI, 2004, p. 23), no caso das mulheres negras, essa condição não foi explorada pela historiografia. Um exemplo disto é o fenômeno da caça às bruxas que é comumente relatado como um acontecimento circunscrito às mulheres brancas do continente europeu, apagando o fato de que mulheres negras e indígenas também foram perseguidas e assassinadas no interior deste processo de perseguição às mulheres.

Ainda no âmbito da luta social da mulher negra, há a luta contra dominação de gênero, que está na base das “relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder (que) [...] impregna também o Estado” (SAFFIOTI, 2015, p. 57), mas, é preciso explicitar que as relações patriarcais são antes de tudo relações de gênero, que vão além do binarismo homem versus mulher, portanto acometem os corpos femininos em todas as suas expressões e formas de existência. Enxergar as diferenças no interior da categoria de gênero e estabelecer a interseccionalidade entre gênero e sexualidades é fundamental para evitar reducionismos discursivos que invisibilizam existências, na outra ponta, também é fundamental escapar das armadilhas dos generalismos que apagam formas de luta. Segundo Sueli Carneiro (2011, p. 112), “as mulheres negras assistiram, em diferentes momentos de sua militância, a temática específica da mulher negra ser secundarizada na suposta universalidade de gênero”, pois, essa temática “era tratada como subitem da questão geral da mulher, mesmo em um país em que as afrodescendentes compõem aproximadamente metade da população feminina” (Idem).

O movimento feminista brasileiro, tal como nos Estados Unidos, se constituiu como um espaço de privilégio branco, com relações hierarquizadas entre mulheres, onde as dimensões de raça, classe e sexualidade são organizadas em um mosaico “que

estabelece privilégios e desvantagens entre as mulheres” (Ibidem), isto se evidencia, no mercado de trabalho onde “mulheres negras são preteridas (no acesso, em promoções e na ocupação de bons cargos) em função do eufemismo da ‘boa aparência’, cujo significado prático é: preferem-se as brancas, melhor ainda se forem louras” (CARNEIRO, 2011, p. 112, grifo da autora). Como consequência, na divisão sexual do trabalho, as mulheres negras recebem bem menos que os homens e que as mulheres brancas, ocupando funções de maior vulnerabilidade social.⁹

No Brasil, reservadas suas singularidades, o movimento feminista acompanhou as ondas feministas em nível internacional. A primeira onda foi marcada pelo movimento sufragista e no Brasil este movimento estava ligado às mulheres anarquistas da União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas e à líder Bertha Lutz na luta pelo direito ao voto. A segunda onda reivindicava a igualdade social entre homens e mulheres principalmente em relação ao trabalho, educação e participação na vida pública. No Brasil, após um período de suspensão o movimento feminista se fez presente nas lutas estudantis. Já na terceira onda, questionou o conceito de mulher e inseriu as discussões sobre classe e raça. No Brasil ganhou destaque a atuação de ativistas como Lélia Gonzáles e discussões como cultura, democracia, desigualdades entre outras em organizações ligadas aos movimentos populares e religiosos. Nessas ondas a discussão sobre as demandas da mulher negra ocupou a periferia dos debates, muitas vezes focados em pautas sindicais.

É importante registrar que apesar das diversas tentativas de apagamentos e invisibilização das demandas das mulheres negras, elas resistiram e constituíram seu próprio movimento, hoje reconhecido como feminismo negro,¹⁰ um espaço de afirmação de suas lutas identitárias e busca por emancipação. Por outro lado, também é fundamental resgatar a interseccionalidade nos termos traçados por Lélia González, portanto, sem os binarismos, raça ou classe, raça ou gênero, gênero ou sexualidades, mas, apreendendo todas essas categorias e suas particularidades. A interseccionalidade se faz na coexistência

⁹ “As mulheres negras brasileiras compõem, em grande parte, o contingente de trabalhadores em postos de trabalho considerados pelos especialistas os mais vulneráveis do mercado, ou seja, os trabalhadores sem carteira assinada, os autônomos, os trabalhadores familiares e os empregados domésticos” (CARNEIRO, 2011, p. 120).

¹⁰ Tem destaque a Organização das Mulheres da América Latina e Caribe; a AMB – Articulação das Mulheres Brasileiras; a REDE – Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos; o Instituto da Mulher; a Marcha das Mulheres entre outras organizações de luta e resistência. O feminismo negro não pode ser aferido no singular, pois há diferentes correntes políticas no interior deste movimento.

de violações, a apreensão desta categoria tem se dado de forma seletiva privilegiando uma categoria em detrimento das demais, “por exemplo, raça no movimento em favor dos direitos civis; gênero no movimento feminista; classe no movimento sindical” (COLLINS, 2020, p. 18).

A mulher negra, sendo ela cis ou trans, rica ou pobre, já concentra em si essa interseccionalidade, quando, consciente dessa realidade, e engajada na luta social, ela consegue expor a ferida da desigualdade, do racismo, do sexismo e das fobias sociais. Sua movimentação é fundamental para balançar as bases da sociedade e desse sistema de expropriação da força de trabalho.

Quando ativistas dos direitos civis falam sobre raça, aprendem que precisam pensar também em classe. Quando as feministas antirracistas tratam dos problemas relativos ao racismo de gênero, também devem incluir classe. Portanto [...] ao formular a desigualdade de classe, devemos ter em vista também raça e gênero. O capital é interseccional. Ele sempre intersecciona os corpos que produzem o trabalho. Logo, o acúmulo de riqueza está incorporado nas estruturas racializadas e engendradas que o aumentam (EISENSTEIN, apud COLLINS, 2020, p. 35).

A luta da mulher negra no combate ao sistema social e suas mazelas, tem a configuração que assusta ao grande capital, pois, se assenta nas “estruturas interseccionais que vão além da categoria de classe revelam como raça, gênero, sexualidade, idade, capacidade, cidadania etc. se relacionam de maneiras complexas e emaranhadas para produzir desigualdade econômica” (COLLINS, 2020, p. 35). Eis as razões e os sentidos que são cotidianamente produzidos no processo de invisibilização e apagamentos das lutas da mulher negra. Há quem categorize o feminismo em: marxista, negro, interseccional. Aqui, se trabalha com a perspectiva da totalidade entendendo o feminismo como fenômeno social atravessado pelo tempo histórico, portanto, expressando em cada momento o estágio do debate social de seu tempo. Deste modo, dada a natureza estrutural do racismo, seria um anacronismo esperar do período abolicionista uma visão antirracista. Hoje, com a força da luta da mulher negra que resistiu ao longo do tempo, não se pode admitir, no interior dos movimentos sociais, uma pauta reivindicatória que não contemple as demandas das mulheres negras.

4 Considerações finais

Diante do exposto, e a partir do apanhado de algumas expressões das lutas das mulheres negras, chega-se à conclusão, de que é imprescindível a reflexão acerca das

relações de gênero no interior da reprodução social do patriarcado na sociabilidade do capital que subordina corpos e mentes, sobretudo negros – cis e trans –, ao “patriarcado do salário” (FEDERICI, 2004, p. 120), produzindo violências (SAFFIOTI, 2015) – em suas diferentes tipificações – e violações de direitos, com vistas à produção de equidade na diversidade.

5 Referências

- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**, São Paulo: Selo Negro, 2011.
- COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Rane Souza (Trad.) 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. Helci Regina Candiani (Trad.), 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução do coletivo Sycorax, disponível em: <http://coletivosycorax.org/indice>, acesso em julho de 2023.
- GONZÁLEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Zahar. 2021.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano**; tradução Jess Oliveira. 1 ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado e violência**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.
- SANTOS, Mônica Regina Nascimento dos. **A (des)igualdade no processo de acumulação de capital na formação socioeconômica do Brasil**. Tese (Doutorado em Serviço Social), Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022.

